



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681233 - SP (2021/0225505-1)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : GABRIELA GABRIEL  
**ADVOGADO** : GABRIELA GABRIEL - SP239066  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LEANDRO LEME DOS SANTOS RAMOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEANDRO LEME DOS SANTOS RAMOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução n. 0005614-35.2021.826.0071).

O paciente cumpre pena total de 13 anos, 9 meses e 2 dias de reclusão em regime inicial fechado, por 2 condenações pela prática do crime de roubo, com previsão de término de pena em 15/11/2027.

Formulado pedido de progressão ao regime aberto, consta que o Juízo da execução indeferiu o pleito por decisão confirmada posteriormente pelo Colegiado estadual, que negou provimento ao agravo em execução interposto pela defesa.

A impetrante sustenta que o sentenciado atende aos requisitos objetivo e subjetivo para a obtenção do referido benefício, bem como que deveria ser considerada como data-base para a progressão ao modo aberto o dia em que o agente teria atingido o lapso temporal para progredir ao regime intermediário.

Requer, liminarmente e no mérito, que seja deferida ao paciente a progressão ao regime aberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente